

SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RORAIMA

Juliane Pereira do Nascimento¹
Rita de Cássia Barbosa dos Santos²

Resumo: O trabalho do Assistente Social no contexto da Política de Assistência Social é envolto de múltiplas determinações da realidade social. A inserção profissional nesta política ocorre no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A análise deste artigo centra-se no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Boa Vista – Roraima. Neste sentido, percebe-se que a inserção neste espaço sócio-ocupacional ocorre para o trabalho social no contexto de programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Cabe destacar, as particularidades territoriais

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Assistência Social. Centro de Referência de Assistência Social.

Abstract: The work of the Social Worker in the context of Social Assistance Policy is surrounded by multiple determinations of social reality. Professional inclusion in this policy occurs within the scope of Basic Social Protection and Special Social Protection of Medium and High Complexity. The analysis of this article focuses on the Social Assistance Reference Center – CRAS in the municipality of Boa Vista – Roraima. In this sense, it is clear that insertion in this socio-occupational space occurs for social work in the context of programs, projects and social assistance benefits. It is worth highlighting the territorial particularities.

Keyword: Social Service. Social Assistance Policy. Social Assistance Reference Center.

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima. E-mail: julianejup@gmail.com

² Docente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima. rita.santos@uerr.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do resultado da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, o qual objetivou analisar a particularidade do trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social, apreendendo as demandas, requisições e respostas profissionais no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS União, do município de Boa Vista – Roraima. Neste sentido, tratou-se de uma investigação de natureza qualitativa, com revisão documental, bibliográfica e pesquisa de campo. Orienta-se pelo materialismo histórico-dialético, apontando os elementos constitutivos da formação social brasileira, sobretudo da região Amazônica, inserindo neste contexto as políticas sociais, pois nesta sociabilidade apresentam um caráter paliativo e fragmentado. O percurso do trabalho está organizado em 02 (dois) itens, a saber: o primeiro discute a formação socioeconômica no Brasil e na Amazônia, particularizando o Estado de Roraima; o segundo destaca o trabalho do Assistente Social no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social no município de Boa Vista – Roraima.

2 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO BRASIL E A AMAZÔNIA: BREVES CONSIDERAÇÕES DO ESTADO DE RORAIMA

Para compreender a política de Assistência Social no estado de Roraima, é fundamental discutir a formação socioeconômica no Brasil e da Amazônia, sobretudo de Roraima, compreendendo os principais fenômenos sociais que impactaram nesse processo, apreendendo as estratégias do Estado para viabilizar os interesses do grande capital na região, processo que impactará nas condições de reprodução social da população, assim Estado capitalista, em virtude das lutas sociais que demonstram as resistências dos povos da floresta viabilizar políticas públicas e sociais no enfrentamento às expressões da questão social na região, por meio de ações paliativas e fragmentadas.

Castilho, Nascimento e Gomes (2020) afirmam que na região existe um permanente processo de espoliação das populações originárias. Esse quadro remete a inadiável luta coletiva por políticas públicas e sociais, sobretudo a luta anticolonialista, o que implica na construção de um projeto emancipatório com vias a construção de outra sociabilidade.

O estado de Roraima³, localizado no extremo Norte do Brasil, situa-se contexto de ocupação da região, exploratória e expropriadora, sobretudo, no avanço para terras indígenas. Do mesmo modo, as expressões da questão social aguçam-se. Desigualdades sociais que se expressam no cotidiano da vida da população, com a contaminação dos rios, consequências socioambientais profundas que impactam sobremaneira os povos indígenas. Esse processo se iniciou desde a criação e ocupação territorial do estado e permanece até a contemporaneidade. Nesse sentido, parte dos grupos de poder que se formaram em Roraima estão relacionados a empresários, defensores do discurso do desenvolvimento e suas posições contra a demarcação e homologação das terras indígenas. (2017, p. 199)

Costa (2017) expõe que o território ficou sob administração de militares por um longo período, a maioria dos governadores nomeados foram militares oriundos de outros estados. Assim as relações políticas e sociais foram se desenvolvendo, com um processo de urbanização marcado pela migração de trabalhadores em busca de trabalho. Conforme o debate de Oliveira e Costa:

O processo de produção do espaço urbano de Boa Vista e, em consequência, de Roraima, se deve pelo menos a três fatores importantes: a corrida do ouro (garimpos de ouro e diamante na década de 1970), os programas de colonização agrícola e o incentivo às migrações (Oliveira e Costa, 2018 p. 3 apud Staeve, 2011, p. 70).

Como exposto, a Amazônia possui fronteiras que contribuem para as relações entre as cidades e diversos fatores, bem como impulsionam o processo de migração. Assim, o estado encontra-se em área fronteira, tríplice fronteira (Venezuela, Guiana, Brasil). Neste contexto, Becker (2004, p.59-60) afirma que maior concentração de localidades brasileiras está no limite Brasil com Venezuela, Guiana e Suriname são encontradas na região setentrional de Roraima.

Dessa forma, o estado de Roraima possui grandes riquezas minerais, grande parte são encontrados em áreas indígenas yanomami⁴, os quais são impactados, tanto com os grandes projetos do estado, quanto com o processo do garimpo ilegal que avança sob os territórios

³ "Território Federal do Rio Branco criado em 1943, em 1962, teve seu nome mudado para Território Federal de Roraima. Com a Constituição de 1988, virou estado" (Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/03/senado-celebra-35-anos-de-roraima-e-80-anos-de-sua-criacao-como-territorio>. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

⁴ "É um território indígena nos estados do Amazonas e Roraima, no Brasil. O território é limitado pela fronteira com a Venezuela a noroeste. As ameaças incluem mineração ilegal, pesca, caça e agricultura. Em 2000, um total de 10.288 hectares foram desmatados. Isso aumentou para 24.571 hectares em 2014". Além disso, é importante destacar que a população desta área enfrenta diversos problemas sociais e humanitários até o período atual. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Indígena_Yanomami. Acesso em 22 de março de 2024.

dos povos originários. Nascimento (2012, p. 178) expõe a “a dinâmica do modo de produção capitalista que age de forma a alterar as relações dos homens entre si e destes com a natureza”. Assim, são fenômenos contraditórios do estado brasileiro, juntamente com o governo local, viabilizando e fortalecendo, políticas que não incidem na garantia das necessidades humanas, mas na acumulação do capital.

Portanto, Roraima constitui-se por meio de processos históricos de adensamento das desigualdades, e com gestões com práticas clientelistas e populistas, e em setores públicos com programas voltados à política partidária, além disso:

O intenso movimento de urbanização promoveu, entre outras coisas, a multiplicação dos bairros periféricos e a ocupação irregular de áreas de proteção ou de risco ambiental. Naturalmente que o crescimento populacional ampliou a demanda por serviços públicos diversos, como nas áreas de educação, saúde e transporte, tendo ainda afetado diretamente os índices de emprego, desemprego e trabalho informal (Oliveira e Costa, 2018, p.3).

Assim, verifica-se a precariedade das políticas sociais, em virtude dos impactos do neoliberalismo, contexto que:

A realidade social é permeada pela questão do desemprego ou do emprego precarizado, pela questão indígena [...] pela questão da imigração decorrente dos países fronteiriços (Venezuela e Guiana Inglesa), pela presença constante da migração interna, principalmente de nordestinos, do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, do contrabando de produtos importados, do contrabando de drogas lícita e ilícitas (Costa, 2017, p.276).

Assim, a constituição deste território ocorre por meio de processo de exploração, expropriação, mas de resistências históricas dos povos originários, das lutas sociais por melhores condições de vida para a população. A realidade local adensa-se com os impactos do garimpo, fluxo migratório de outros países em virtude de crises econômicas e políticas. Neste sentido, são múltiplos os desafios que impõem a necessidade de um conjunto de políticas sociais e a garantia dos direitos humanos.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RORAIMA

Esse item apresenta o trabalho do Assistente Social no âmbito da Política de Assistência Social. Nesta direção, trata-se de uma Política Social do Sistema de Proteção Social Brasileira, no âmbito da Seguridade Social. Assim, insere-se a Assistência Social no Sistema de Proteção Social brasileira, deste modo, a PNAS pauta suas diretrizes, com vias a efetivá-

las, portanto traz características para uma gestão compartilhada e propõe atribuições e competências dos três níveis de governo para os serviços de atenção socioassistencial, como as Normas Operacionais Básicas (NOB's), além dos Conselhos e Comissões para gestão, conforme Couto, Yazbek e Raichelis (2011, p. 38) expõem.

[...] a implantação da PNAS e do SUAS tem liberado em todo território nacional, forças políticas, que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área (Couto; Yazbek; Raichelis, 2011, p. 38)

As bases organizativas do SUAS deve pautar-se na: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; na participação popular/cidadão usuário; recursos humanos; e a informação, o monitoramento e a avaliação. A Política de Assistência Social, é dividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Alta e Média Complexidade, que atende indivíduos e grupos em situação de “vulnerabilidade e risco pessoal e social”, para atender as diferentes formas de desigualdade e pobreza que se apresentam em decorrência dos impactos desta sociabilidade. Nesta direção, a PNAS expõe que:

Proteção Social Especial de Média Complexidade: São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). (PNAS, 2004, p. 37)

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido. (PNAS, 2004, p. 38)

É neste contexto que o Serviço Social se insere enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho. De acordo com Iamamoto (2010, p. 214):

[...] agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado [...] a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe (Iamamoto, 2010, p. 214).

Raichelis (2011) destaca que apesar do assistente social ter uma relativa autonomia no exercício profissional, é tensionada por esse processo de mercantilização da força de trabalho. Segundo Raichelis

A condição de trabalhador assalariado – seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional (Raichelis, 2011, p. 428).

Destaca-se que o Assistente Social no âmbito desta política trabalha no TS, juntamente com outras áreas, tais como psicólogos, pedagogos, sociólogos etc. Assim, o profissional insere-se na divisão socio técnica do trabalho.

Após analisar e apreender o trabalho do assistente social na política de Assistência Social, percebe-se que este profissional, juntamente com as demais categorias são essenciais para a construção e implementação de um conjunto de ações. Entretanto, ainda se nota a presença do tradicionalismo/conservadorismo tanto política pública, na sua concepção, quanto na intervenção profissional, e isso se dá pela herança histórica, tais como o assistencialismo, caridade e a benevolência.

Dessa forma, enfatiza-se que o trabalho do assistente social se desenvolve nos diferentes espaços socioassistenciais⁵. O profissional compõe uma equipe multiprofissional, mas é essencial compreender que cada um possui atribuições e competências específicas, de acordo com as normativas da específicas da profissão. Neste campo é importante destacar que a requisição ao profissional ocorre por meio da NOB/RH, a qual orienta quanto aos recursos humanos.

No tocante ao trabalho do Assistente Social, é possível “fazer uma análise crítica da real situação existente na estrutura do trabalho e nas atribuições específicas diante do enfrentamento das demandas sociais apresentadas no cotidiano” (Eugênio; Gonzaga, 2019,

⁵ No capítulo 1, item 1.2 são apresentados os espaços socioassistenciais da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

p. 974). Assim, é fundamental compreender as determinações do cotidiano de trabalho, os fundamentos que estruturam essa sociabilidade, realizar uma apreensão crítica frente as demandas que chegam, objetivando romper com práticas conservadoras e pragmáticas.

Para a análise da particularidade do trabalho do Assistente Social no âmbito do CRAS União, em consonância com o debate geral feito anteriormente sobre a função desse equipamento público, realizou-se entrevista semiestruturada com 01 (uma) Assistente Social, informa-se que no referido espaço socioassistencial tem 03 (três) profissionais.

Primeiramente, procurou-se saber por que o assistente social é requisitado para trabalhar no CRAS, e a resposta foi embasada da forma abaixo:

Considerando as atribuições e competências da profissão e os serviços ofertados pelo CRAS (vide Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) faz-se imprescindível a atuação do assistente social na proteção social básica. Mas é importante ressaltar que a NOB/RH/SUAS requisita que exista na composição dos técnicos o profissional de Serviço Social (Assistente Social 2024).

“Assim, aqui é uma equipe técnica (...) é composta pelo assistente social, psicólogo e pedagogo. Então assim tudo que a gente faz, meio que não tem uma identidade própria do Serviço Social, tem assim, no meu modo de falar, no meu modo de atuar, mas basicamente todos nós realizamos o mesmo serviço. Pra te responder bem particularizado tem que pensar pra ficar uma coisa mais voltada pra nossa área.” (Assistente Social 2024)

Com relação se a Política de Assistência Social por meio dos equipamentos sócio-ocupacionais atende as necessidades socio territoriais, destacou-se:

Teoricamente sim, está próximo dentro dos territórios, permite maior conhecimento e atendimento das especificidades das famílias. É importante estarmos próximos, mas nem sempre a política assistencial dispõe de meios/recursos para uma atuação mais eficaz. Porém dentro do que se propõe, o CRAS atende as necessidades sócio territoriais [...] Em falar da Assistência Social, da política em si, ela é muito defasada, ela não consegue contemplar tudo que a população demanda, infelizmente, questão de recursos, de política mesmo, são muito limitantes, então assim trabalhar no CRAS, eu particularmente, vejo assim talvez seja uma visão pouco “romântica” da profissão, mas é algo meio que frustrante no final das contas porque a gente não consegue fazer muita coisa né, o usuário chega aqui cheio de frustrações, cheio de demandas, e a gente é muito limitado, a gente consegue fazer pouca ou às vezes quase nada, não porque a gente não queira, mas é porque é realmente limitante. (Assistente Social, 2024).

Ao questionar acerca das principais demandas no CRAS aos assistentes sociais e atividades realizadas por estes profissionais, registrou-se a seguinte resposta:

Atualmente as maiores demandas são: acompanhamento das famílias referenciadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -

PAIF, orientação acerca das políticas/programas públicos socioassistenciais (BPC, Bolsa Família, Cadastro Único, etc), e concessão de benefícios eventuais [...] Em termos de CRAS: Bolsa Família, Cadastro único, atualmente a gente tá com o Programa Cesta do Bem, mas assim, a gente não consegue contemplar todo mundo, a gente faz a concessão principalmente pros usuários já daqui do CRAS que participam do Cabelos de Prata ou do Serviço de Convivência pra crianças e adolescentes, eles estão recebendo através de cartão, esse cartão tem o valor de 130/180 reais e pro PAIF a gente consegue fazer a concessão dessa cesta básica. Um outro serviço que os usuários buscam muito aqui no CRAS, além do Bolsa Família, é a solicitação de BPC, eles aprenderam “graças a Deus” a procurar o CRAS ao invés de advogados, então aqui a gente faz toda a orientação de como fazer a solicitação, muita gente consegue fazer porque já tem uma noção básica de aplicativo, internet, mas tem gente que não consegue [...] esse é um dos principais serviços aqui. A gente recebe também muita demanda da justiça, as vezes da saúde, do Conselho Tutelar, quando a gente recebe vai em busca da família, entender a dinâmica, saber se tem cadastro único, se recebe algum benefício, se não recebe a gente encaminha [...] faz orientações. As atividades: atendimentos, visitas domiciliares, relatórios, estudos de caso, palestras, grupos, acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família [...] uma demanda que é muito alta no CRAS é a questão do Bolsa Família, então a gente fica muito presa nessa questão de tá atendendo na sala [...]” (Assistente Social 2024)

Percebeu-se, que no CRAS a maior demanda é pela inscrição no Cadastro Único, para acesso ao Programa Bolsa Família – PBF. É importante compreender as características do cotidiano que se expressam através das demandas, as quais são respondidas, pelas políticas sociais, de forma fragmentada e seletiva. Assim, o cotidiano faz parte da vida social, sendo primordial a reflexão e a análise crítica para cada demanda social, mesmo sendo espontânea, acompanhada ou solicitada (Guerra, 2012).

Na pesquisa de campo, verificou-se que os principais instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano de seu trabalho são: atendimentos, visitas domiciliares, relatórios, estudos de caso, palestras, grupos, acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família. Destaca-se que os desafios apontados pelas profissionais foram:

Os desafios encontram-se no cotidiano dos atendimentos, de buscar transcender a imediatividade, o trabalho mecânico (de verificar benefícios, cadastro único, orientações diversas) e buscar conhecer a conjuntura do usuário. A potencialidade, porém, reside no acompanhamento eficaz, bem realizado, que pode gerar mudanças, de fato, na vida das famílias atendidas [...] Os desafios, a gente ver, são muito voltados pra questão da frustração de não conseguir fazer tudo pelo usuário, não tudo, mas pelo menos o básico, às vezes a gente meio que fica no automático, na questão do Bolsa Família, BPC, se tem cesta, se não tem, às vezes a gente não consegue entregar cesta porque não é sempre que a gente tem disponível né, pra mim assistente social é um pouco frustrante, porque é altamente necessário, porque o pouco que a gente faz é muito, porque as vezes a pessoa tá passando fome, tá sem nada naquele dia, mas tem a cesta e a gente consegue fazer a entrega, as vezes por uma fala, que ela não entendeu no cadastro único, as vezes ela

fica sem o bolsa família, mas aí a gente vai buscar entender o contexto da família e ela precisa, então a gente atualizando o cadastro a gente consegue colocar aquela pessoa no perfil do bolsa família, as vezes são detalhes mas fazem diferença na vida da pessoa [...] Algumas possibilidades, tinha muito idoso, principalmente pessoa com deficiência, que não sabia que tinha direito de acessar o BPC, aí quando ficavam sabendo não sabiam quais eram os critérios, o que precisava, e acabava indo pros advogados, não desmerecendo o trabalho dos advogados, mas por se tratar de um benefício assistencial, nada mais justo que não precisem pagar para acessar esse serviço [...] os nossos próprios idosos não sabiam. O nosso trabalho é de formiguinha, a partir das nossas orientações a gente já conseguiu assim solicitar muito BPC. Então apesar das frustrações, no dia a dia a gente consegue ver o fruto do nosso trabalho, quando eles vêm agradecer. [...] Tem gente que até hoje, por uma orientação que foi tão básica, vem aqui só pra ver a gente, dá um abraço, então é muito gratificante (Assistente Social 2024).

Nesta perspectiva, a particularidade do trabalho de assistentes sociais no âmbito do CRAS está envolto de contradições e desafios. Assim percebe-se, apesar das contradições, possui um caráter de autonomia, na realização, organização, avaliação e materialização das suas atribuições e competências, considerando o projeto ético político da área. Neste sentido, destaca-se a importância de uma formação crítica e socialmente referenciada para o desvelamento das expressões da questão social em suas múltiplas determinações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a particularidade do trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, em particular no CRAS, é relevante apreender sobre a trajetória desta política, apreendendo os processos sócio-históricos da região. Ademais, foram compreendidas as particularidades que o estado possui, bem como da política de Assistência Social através da análise, sendo fundamental a compreensão da particularidade do trabalho que o/a assistente social, principalmente no âmbito da Proteção Social Básica no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, como um dos campos sócio-ocupacionais do Serviço Social. Nesta direção, verifica-se muitos desafios frente a agudização das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia Geopolítica na virada do III milênio**. (cap. 2). Rio de Janeiro: Garamond: 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. [livro eletrônico]. 1,1 Mb; e-PUB. (Biblioteca básica de serviço social ; v. 2). São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Lei nº 1074/2003.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** - Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação-Geral De Implementação e Acompanhamento da Política de RH do SUAS. **NOB-RH/SUAS**: Anotada e comentada. Stela da Silva Ferreira (Elaboração/Edição). 144 p. Brasília DF, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004**. Brasília, nov. 2005. (Reimpresso em 2013).

CASTILHO, Daniela Ribeiro. NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. GOMES, Vera Lúcia Batista. **Precarização do trabalho profissional da/o assistente social na Amazônia brasileira**: particularidades do estado do Pará. O Social em Questão: Ano XXIV - n. 49 - Jan a Abr/2021.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. **Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos** | Poverty and social inequality: social and historical foundations. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 16, n. 41, 2018. DOI:10.12957/rep.2018.36689. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/36689>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social** - Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF), 2011.

COSTA, Leila Chagas de Souza. **O trabalho do assistente social na política de assistência social em Boa Vista – RR**. 2017. 347 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de Concentração: Trabalho e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, 2017.

COUTO, Berenice Rojas [et al.] (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

EUGÊNIO, Aparecida Vieira Souza; GONZAGA, Mary Lucy de Souza. **A atuação do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Id on Line - Revista Multidisciplinar e de Psicologia. V.13, N. 44, p. 962-977, 2019. Edição eletrônica em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Sheila. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. (pág. 39 a 68)

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e Serviço Social. In: CFESS– ABEPSS CEAD/UNB. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEAD, 1999 (p.153-166).

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 228 - 246, 2. sem. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (cap. II e III)

LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia** (uma visão política). São Paulo, 1991. (mimeo)

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **A Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira**: notas para o debate. Temporalis: Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de; PAIVA, Ariane Rego de; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **Acompanhamento familiar no Suas: diálogo com o município do Rio de Janeiro** | Family support in the Unified Social Assistance System (SUAS): dialogue with the municipality of Rio de Janeiro. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 16, n. 42, 2019. DOI:10.12957/rep.2018.39425. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/39425>. Acesso em: 1 nov. 2023

OLIVEIRA, Janaine Voltolini; COSTA, Maria Célia Lustosa. **Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial**. Geosaberes, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 1-18, mai./ago. 2018.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul/set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do Assistente Social na esfera estatal. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, p. 389-390, 2009.

SANTOS, Rosemeire dos. **Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar** | Social policy and families: the difficult art of overcoming family self-image. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 16, n. 42, 2019. DOI:10.12957/rep.2018.39405. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/39405>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVIA, Mirian de Freitas da; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Serviço Social e Política de Assistência Social**: um debate necessário no contexto do SUAS. VIII Jornada de Política Públicas. Cidade Universitária - UFMA, São Luís (Ma), 22-25 ago. 2017.

SOUZA, Ilka de Lima; DE LIMA, Rita de Lourdes. **Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 17, n. 44, 2019.

DOI: 10.12957/rep.2019.45219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/45219>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira [et al.]. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 12. ed. São Paulo: 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social.** Em Pauta: Rio de Janeiro. n. 21, p. 141-152, jun. 2008.